



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO
Rua XV de Novembro, 1299, - Bairro Centro, Curitiba/PR, CEP 80060-000
Telefone: (41) 3360-5000 - <https://ufpr.br/>

ATA DE REUNIÃO

Ata da reunião ordinária da Comissão Própria de Avaliação da Universidade Federal do Paraná. Aos 29 dias do mês de maio de 2026, às 14h, via Teams, reuniu-se a Comissão Própria de Avaliação (CPA) da Universidade Federal do Paraná (UFPR), sob a presidência de Rogério de Jesus Hultmann. Foram registradas as presenças de: José Roberto Frega (membro representante do corpo docente), Lineu Alberto Cavazani de Freitas (membro representante da administração), Lucas de Oliveira Bein (membro representante do corpo discente), Lucas Henrique Gonçalves (membro representante do corpo técnico-administrativo), Palmira Sevegnani (membro representante da administração), Roberta Antunes (suporte administrativo) e Rogério de Jesus Hultmann (membro representante do corpo técnico-administrativo e presidente). Justificaram a ausência: Ana Lorena de Oliveira Bruel (membro representante do corpo docente), Cezar Augusto de Oliveira Franco (membro representante da sociedade civil) e Cláudia Gruber (membro representante da sociedade civil). O presidente abriu a sessão cumprimentando os presentes e passou à **ORDEM DO DIA: 1) Apresentação das atualizações do Semesp e alinhamento sobre os tópicos da Semana da Avaliação do ENAP: Rogério lembrou aos presentes que todos os membros da CPA-UFPR, por intermédio do professor Paulo Nogas, foram convidados a participar do 1º Encontro Presencial da Rede Semesp de Autoavaliação Institucional, que ocorreu em maio de 2026 na Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR), campus Curitiba. O Semesp é uma entidade que representa as mantenedoras de ensino superior do Brasil. Por ter sido o único presente, Rogério achou importante dividir com os demais membros da comissão os temas mais relevantes abordados no evento, que reuniu especialistas, educadores e representantes do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) para debater os desafios dos processos de avaliação e a mediação pedagógica no Ensino Superior. Rogério explicou que as mudanças previstas pelo INEP nos instrumentos externos de avaliação institucional do ensino superior trarão um protagonismo maior para as CPAs e, consequentemente, aumentará o volume de trabalho e a necessidade de apoio administrativo, operacional e institucional, e que este novo papel da CPA deverá ser levado ao conhecimento da Reitoria, em momento oportuno. A CPA terá que se debruçar em questionários específicos para cada uma das 10 áreas de conhecimento da Cine Brasil - Classificação Internacional Normalizada da Educação adaptada ao contexto brasileiro, para os cursos EaD e para os cursos superiores de tecnologia. Ainda, será requerida às CPAs uma aproximação maior com os NDEs - Núcleos Docentes Estruturantes. Rogério informou que a comissão assessora do Conaes - Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior elaborou um guia de autoavaliação, com previsão de ser divulgado em agosto. Igualmente, está prevista uma integração entre avaliação interna e externa, e foi identificada uma distância e falta de engajamento da autoavaliação. A reestruturação proposta pelo Inep traz mais responsabilidades para a CPA, que culminará em mudanças estruturais e de marketing. A CPA passará a prestar informações mais diretas para o Inep, não se limitando à obrigação de postar o relatório anual. Assim, o sistema e-MEC não será alimentado apenas pela CIAI - Coordenadoria de Indicadores e Avaliação Institucional. Em seguida, Rogério falou um pouco sobre como seria o ciclo avaliativo proposto, em que no primeiro ano seriam elencados os cursos que participariam do Enem, no segundo ano a CPA avaliaria estes cursos, e no terceiro ano ocorreria a avaliação externa destes mesmos cursos. O novo instrumento também institucionaliza a apropriação dos resultados da autoavaliação e da avaliação externa pelos coordenadores dos cursos, com utilização no planejamento, execução de melhorias e acompanhamento do atingimento das metas. Outras informações foram passadas aos presentes. Em seguida, diante de tantas novas funções para a CPA e diante do seu fortalecimento nos instrumentos de avaliação externa, Rogério aproveitou para entrar na segunda ordem do dia: **2) Planejamento e definição de posicionamento sobre o suporte administrativo necessário para a comissão:** Rogério perguntou como**

foi a reunião com a chefe de gabinete, Gabriela Schenato Bica, no dia 29 de maio, em que eu, Roberta, e Lineu e Palmira estivemos presentes. A pauta foi a possível alteração do organograma do gabinete da Reitoria, com a retirada dos apoios administrativos da CPA e da CPPD – Comissão Permanente de Pessoal Docente, que passariam a ser responsabilidade de pró-reitorias afins. Lineu tomou a palavra e comunicou que, nesta primeira conversa, a sugestão que faz mais sentido, dadas as opções apresentadas pela chefe de gabinete, é a absorção das atividades administrativas da CPA pela Coordenadoria de Indicadores e Avaliação Institucional (CIAI), unidade que hoje é coordenada pela Palmira e que pertence à Pró-reitoria de Graduação e Educação Profissional (Prograp), e que o Gabinete se comprometeu a fazer outras reuniões de alinhamento sobre o tema e, no momento oportuno, trazer a discussão também para a CPA. Rogério demonstrou preocupação com a proposta do Gabinete, frente aos novos desafios da CPA, e receoso de que, em algum momento, a CPA passe a ficar carente de apoio, caso a pessoa que preste este apoio absorva as atividades comuns à CIAI, considerando que as gestões mudam e os entendimentos mudam também. Lembrou aos presentes que o Regimento Interno da CPA prevê a unidade de apoio administrativo (Seai – Secretaria Executiva de Avaliação Institucional) e que está alertando o Coun sobre isso, via processo, mas que não chegou aos conselheiros, e acabou sendo tramitado para a Reitoria, que, por sua vez, tramitou à Proplad – Pró-reitoria de Planejamento e Dados, e, esta, segurou o processo. Rogério complementou dizendo que entende que a CPA não pode arbitrar, mas é necessário que exista um compromisso da gestão, passível de ser cumprido, porque o desempenho da CPA impacta na instituição, já que, em última análise, não é a CPA que é avaliada pelo Inep, e sim como a instituição faz uso dos processos de autoavaliação da CPA. Então é responsabilidade da Comissão alertar a instituição de que nós não somos apenas uma mera burocracia, uma situação formal, mas nós participamos desse processo e essa participação vai ser ampliada. Assim, é nossa responsabilidade alertar que é um risco que a instituição está correndo. Rogério passou a palavra, a mim, Roberta, que complementei que esse risco está, inclusive, previsto no mapeamento de riscos, no Ágatha. Ademais, esclareci cinco pontos: 1. no meu entendimento, é urgente para o Gabinete fazer a minha movimentação, por questões de regularizar o meu PGD – Programa de Gestão de Desempenho. Quanto a isso, e para cumprir o prazo de uma semana que a chefe de gabinete sugeriu, eu confirmei para ela minha posição de aceitar ser movimentada para a CIAI. 2. Igualmente, meu entendimento da reunião foi que o gabinete se posiciona no sentido de querer dar tratamento igual a todas as comissões de caráter permanente na UFPR, que não possuem apoio administrativo exclusivo, ou seja, são os próprios membros da comissão e seus presidentes que operacionalizam as demandas, e, por isso, está descartada a possibilidade de recriação da Seai. 3. Ficou claro, pelas falas da chefe de gabinete e da Débora Fernanda Soares, Diretoria de Governança, Integridade e Conformidade (DGOV), que eu integrarei uma equipe e que terei que exercer as atividades desta equipe, e não somente da CPA. 4. Da mesma forma, quando eu indaguei sobre dar à CPA uma garantia de que o apoio terá continuidade independentemente das mudanças de gestão, fazendo constar minhas atividades no regime interno da CIAI e as atribuições desta Coordenadoria com relação à autoavaliação e apoio à CPA, Débora afirmou categoricamente que isso não é possível. 5. O Regimento Interno, tal como está, não poderá ser cumprido pois não haverá Seai e isso, por si só, muda a forma como presto apoio à CPA, já que, por exemplo, não integrarei a comissão, não poderei substituir o presidente na sua ausência, não terei direito a voto, não farei o trabalho de planejamento, não poderei assinar documentos no SEI na caixa da CPA, entre outros pontos. Acrescentei que me preocupa integrar outra equipe, que não seja a do Gabinete da Reitoria, porque poderá haver conflito de interesse, já que a CPA avalia, além de outras pró-reitorias, a própria Prograp, e a pessoa que fará o apoio à CPA terá que responder diretamente a essa pró-reitoria. Em seguida, Palmira pediu a palavra e informou que mais cedo, neste dia, teve uma conversa com a Pró-reitora de Graduação e Educação Profissional, sra. Andrea do Rocio Caldas, que a informou ter conversado com a chefe de gabinete e com a vice-reitora, sra. Camila Girardi Fachin, e que está tudo certo de movimentar o apoio administrativo da CPA para a CIAI, e que que toda a continuidade do trabalho está garantida, e que a CIAI não pretende passar nenhum trabalho novo para mim, Roberta, enquanto apoio administrativo da CPA. Da mesma forma, não irá alterar meu PGD, tampouco meu regime de teletrabalho integral. Para tranquilizar os membros da CPA, Palmira acrescentou que toda a autonomia da comissão está garantida, inclusive na elaboração de um novo regimento interno. Também comentou que o regimento interno da Prograp está sendo revisto e que já pediu vistas para que, juntamente com a CPA, possa incluir esse novo compromisso administrativo e de acompanhamento da CIAI com relação à autoavaliação institucional. Retomando a palavra, Rogério complementou que se a CPA for se transformar em um órgão executivo, e não somente determinante de políticas de avaliação interna, a instituição teria que pensar em fazer uma locação de horário para os membros, mas essa conversa com o Gabinete ficaria para um segundo momento. Lucas Henrique, então, quis manifestar-se. Explicou que o Sistema de Bibliotecas (SiBi) trabalhou por muito tempo com

comissões para definir normativas que atendessem às peculiaridades de cada biblioteca, mas que isso começou a ficar muito direcionado às pessoas que participavam das comissões e que, por exemplo, quando um servidor se aposentava, levava todo o conhecimento e a documentação. Assim, com o regimento novo, houve uma reestruturação do SiBi, com a criação de novas sessões que passaram a assumir funções de supervisão e as atividades anteriormente vinculadas àquelas comissões. Ainda há a possibilidade de se formar comissão, mas ela terá a responsabilidade de realizar estudos e propor ações, e deve encaminhar para a sessão, que irá analisar e encaminhar para os conselhos deliberativos. Para Lucas, isso tem garantido a continuidade das atividades institucionais, a preservação da memória e documentação, e a segurança na execução das normativas, independentemente de mudanças de pessoal, e, por isso, acredita que a CPA deve escrever da melhor forma possível seu novo regimento, deixando claro os papéis tanto da CPA quanto do apoio administrativo, ou seja, se serão órgãos consultivos ou deliberativos, e qual será o fluxo entre proposição, decisão e execução, buscando garantir a continuidade dos serviços da comissão independentemente das mudanças de gestão. Rogério falou que seria oportuno se Lucas encaminhasse, se possível, algum texto para a comissão tomar como exemplo. O assunto deu-se por encerrado. Então Lineu pediu novamente a palavra, agora para trazer um outro assunto: **3) Aproximação da Proplad com a CPA:** Lineu lembrou aos presentes que vem mencionando ao Rogério e a mim, Roberta, a necessidade da Proplad como um todo se aproximar mais da CPA e que pretende, provavelmente na próxima semana, conversar com o pró-reitor da Proplad, sr. Luís Carlos Erpen de Bona, com relação ao fornecimento de apoio estatístico para a CPA para, juntos, poderem definir um fluxo com a AGtic - Agência de Tecnologia da Informação e Comunicação, pertencente à Proplad, visto que, nos moldes atuais, isso tem gerado muita preocupação, sobretudo com relação à demora na entrega dos dados levantados nas pesquisas da CPA e na necessidade de tratamento manual. Lineu quer aproveitar este momento em que CPA está sendo cobrada para pedir melhorias internas, visto que o sistema de questionário, o recebimento dos dados e a divulgação é ruim, e não há como a CPA avançar em qualidade com as ferramentas institucionais disponíveis atualmente. No mesmo sentido, Lineu pretende se aproximar da Superintendência de Comunicação para rever o apoio que esta unidade tem dado à CPA em termos de divulgação da autoavaliação. Por fim, informou aos membros que a professora Andrea do Rocio Caldas convidou a CPA para participar de uma reunião, na próxima segunda-feira, com a Comissão de Combate à Evasão e Baixa Procura, que ocorrerá presencialmente no Gabinete da Reitoria, mas que ele e Rogério já articularam para que a reunião possa acontecer de forma híbrida. Assim, enviará o convite e o link a todos os membros da CPA. Rogério reforçou que o convite se estende a mim, Roberta, independentemente das mudanças que irão acontecer, e Lineu pediu ao Lucas Bein, se possível, participar da reunião, já que é de extrema importância sua representação do corpo discente neste momento em que a universidade quer se apropriar da avaliação dos docentes. A palavra foi aberta. José Roberto Frega lembrou aos presentes que seu mandato na CPA foi renovado por mais dois anos e que fica aliviado em saber que as coisas serão encaminhadas no sentido de garantir o apoio administrativo e o fortalecimento da CPA na instituição, e que já havia conversado comigo, Roberta, sobre o inestimável trabalho que faço junto à CPA e sobre seu apoio nas minhas decisões de caráter funcional, e que ele fica à disposição da CPA no que for preciso. Não havendo manifestações e nada mais havendo a tratar, o presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião, da qual, para constar, eu, Roberta Antunes, administradora, lavrei a presente ata, que, lida e aprovada, vai por todos assinada eletronicamente.



Documento assinado eletronicamente por **ROBERTA ANTUNES, INSTITUCIONAL**, em 18/06/2026, às 08:19, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **JOSE ROBERTO FREGA, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 19/06/2026, às 08:41, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **LUCAS HENRIQUE GONCALVES, INSTITUCIONAL**, em 19/06/2026, às 08:55, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida [aqui](#) informando o código verificador **8940449** e o código CRC **26A99083**.

